Projeto de Lei nº 03/2012
Poder Legislativo

Dispõe sobre a restrição do uso de telefone móvel no interior das agências bancárias e similares na Estância Turística de Joanópolis, na forma que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito da Estância Turística de Joanópolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica restrita a utilização de telefone móvel no interior das agências bancárias e postos bancários, bem como nas áreas destinadas aos caixas eletrônicos e de similares, localizados na Estância Turística de Joanópolis, especificamente nos espaços de movimentação financeira, durante o atendimento a clientes.

§ 1º A utilização de que trata o "caput" deste artigo diz respeito a fazer ou receber ligações, bem como receber mensagens de voz e de texto.

§ 2º As agências bancárias e organizações similares, como menciona o art. 1º, deverão afixar cópias desta Lei nos espaços de circulação dos clientes para conhecimento dos interessados, bem como placas informativas, em pontos visíveis, quanto à área de restrição do uso de telefone móvel.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por meio de Decreto, após a sua publicação, no que se refere aos requisitos que considerar necessários ao seu efetivo cumprimento.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

J U S T I F I C A T I V A

O principal objetivo da desta proposição é minimizar a ocorrência de assaltos a clientes na saída das agências bancárias, pois, a insegurança dos usuários do sistema bancário vem se constituindo em um problema de ordem pública e interesse social. Neste sentido, a solução é promover mecanismos capazes de bloquear a comunicação, via telefone celular, entre os criminosos, para dificultar os assaltos e seqüestros na saída dos bancos, que vitimam, principalmente, mulheres e idosos.

Essa proibição já é Lei Municipal em Franca e em Campinas. Entre as capitais, Curitiba, Belo Horizonte e Salvador também têm legislação semelhante.

Por estas razões, apresento este projeto de lei que submeto à apreciação dos Nobres Vereadores.

Joanópolis, 1º de fevereiro de 2012.

Genyson Pereira Farias
Vereador